

O ENSINO PROFISSIONAL NAS MENSAGENS DOS PRESIDENTES DA PARAÍBA: 1922 – 1930

Rosângela dos Santos Silvaⁱ
Rose Mary de Souza Araújoⁱⁱ
Suenya do Nascimento Costaⁱⁱⁱ
Patrícia de Oliveira Magalhães^{iv}

Palavras-chave: Educação; Ensino Profissional; República.

Introdução

O presente artigo é resultado de um trabalho investigativo realizado para efeito de avaliação na disciplina História da Educação II, do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. A pesquisa foi realizada no período 2012.1, ou seja, no primeiro semestre do ano de 2012, sob a orientação da professora Rose Mary de Souza Araújo.

No que se refere ao processo da educação, seja no passado ou no presente, existem vários temas inquietantes, que precisam ser trabalhados, elucidados. No decorrer da mencionada disciplina, foram disponibilizadas algumas temáticas e/ou questões acerca da educação escolar paraibana no século XX. Dentre essas, optamos por estudar o Ensino profissional efetivado no Estado da Paraíba na temporalidade de 1922 a 1930. O objetivo principal deste estudo foi o de analisar a organização e estrutura do ensino profissional a partir das mensagens dos presidentes paraibanos, dentro do recorte histórico estabelecido.

Para dialogar com as informações disponibilizadas, tomamos algumas referências interpretativas de Edward Thompson (1981), principalmente no que se refere ao processo de produção do conhecimento histórico, no qual as evidências encontradas nos documentos de

cada época exercem um papel relevante permitindo, assim, a reconstrução aproximada da realidade investigada. Pois, nas evidências estão implícitas representações, ideias sobre fatos e processos históricos.

Nos apoiamos ainda nos referenciais interpretativos elaborados por Antônio Gramsci (1989) para conduzir o entendimento a cerca das forças políticas e sociais em jogo na sociedade paraibana e suas respectivas intenções de promover o ensino profissional à população.

Em princípio, destacamos que na conjuntura paraibana e brasileira, no recorte temporal indicado, entre outros aspectos que dinamizavam o tecido social, existia a necessidade da formação de mão-de-obra especializada a ser inserida no mercado de trabalho, no nosso caso específico, a sociedade paraibana. É possível, portanto, observar que o quadro econômico da Paraíba já demonstrava mudanças significativas na concentração do capital nas atividades produtivas do Estado tais como a lavoura de cana de açúcar, de algodão e a pecuária. Nesta perspectiva, Gurjão nos revela que a economia paraibana, nos primórdios da Primeira República,

[...] passa por um movimento de expansão e reorganização, constituindo-se no sintoma mais expressivo da vinculação com a dinâmica do capitalismo e o fator econômico de maior relevância na história da Paraíba a partir de então. (1994, p. 19).

A principal fonte documental utilizada foi as mensagens proferidas pelos presidentes do Estado da Paraíba na Assembleia Legislativa local no período que compreende de 1922 a 1930. Esta documentação está disponibilizada no link <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>, do site *Center for Research Libraries*.

Finalmente, o trabalho que ora apresentamos está estruturado através das seguintes temáticas: *Instituições, Cursos e Matrículas*. Salientamos que estas foram determinadas em função das informações de maior permanência na documentação revisitada.

Instituições

O surgimento das instituições destinadas ao ensino profissional visava propiciar ao povo uma educação agroindustrial destinada a formar para o trabalho, a qualificar

trabalhadores para as indústrias e as lavouras visto que “a sociedade vivia um momento de reordenamento social, onde eram exigidos padrões e modelos para que o homem pobre pudesse se adequar aos moldes da vida urbana”. (FERREIRA; BEZERRA; KULESZA, 2008).

Nas mensagens dos presidentes paraibanos que estiveram a frente da máquina estatal no período de 1922 a 1930, percebemos que há pouca referência com relação as instituições destinadas ao ensino profissionalizante, considerando a necessidade de profissionais qualificados, já que o comércio e as indústrias, mesmo de forma incipiente, estavam em fase de expansão. Na verdade, nas mensagens dos gestores públicos paraibanos na temporalidade deste trabalho, existem poucas evidências referentes ao funcionamento e estrutura deste ramo de ensino.

A mensagem do presidente do Estado da Paraíba, Solon Barbosa de Lucena proferida na Assembleia Legislativa local em 1º de setembro de 1922, teve como ponto central a apresentação de um resumo anual das atividades e ações administrativas no Estado em sua gestão. Dentre uma diversidade de assuntos abordados, encontramos algumas informações, questões relacionadas à educação profissional.



Liceu Paraibano
Imagem: google.com .br

O presidente afirma que apesar da organização do ensino profissional ter sido um dos pontos visados pelo seu governo, teve de ser adiado para atender as questões de abastecimento de água e esgoto, que por sua vez comprometeram boa parte das verbas orçamentárias. No entanto, o mesmo faz menção à necessidade das escolas domésticas e industriais, vistas como a única solução para o aproveitamento da mão de obra feminina dentro e fora do círculo das ocupações caseiras.

Muito embora sob a alegação de problemas no que se refere às finanças públicas, fator esse recorrente nas mensagens, fez questão de relembrar que em seu discurso no ano anterior havia chamado atenção para o fato da contratação da firma Cunha & Di Lascio para o acabamento da construção do prédio que seria estabelecido a *Academia de Comércio Eptácio Pessoa*^v. Considerando esta escola, inaugurada em 1922, uma esperança para o futuro desenvolvimento econômico do Estado da Paraíba.



Academia de Comércio Eptácio Pessoa- Prédio tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico da Paraíba.
Foto de Zelma Brito.

Na mensagem apresentada pelo presidente Paraíba, João Suassuna na Assembleia Legislativa em 1º de outubro de 1925, ao tratar da instrução pública, dar destaque ao ensino profissional enquanto mecanismo de promoção do desenvolvimento econômico em qualquer

realidade social. Assim, relata que em seu governo, uma das suas primeiras medidas no campo educacional foi resolver do ponto de vista da prática, com a organização do ensino profissional no Estado.

Nesta perspectiva, designou o então Diretor da Instrução Pública da Paraíba, o Sr. Dr. Álvaro de Carvalho para visitar na Argentina, no Uruguai e no sul do Brasil os diversos estabelecimentos destinados à difusão do ensino técnico-profissional já que o mesmo vinha contribuído para o progresso sócio econômico das referidas localidades geográficas. Vejamos como se expressou:

Eram do meu conhecimento os esforços envolvidos no Uruguay, na Argentina e no Rio Grande do Sul, em prol do ensino profissional; como não me eram estranhos os resultados que dessa sábia organização têm advindo ao progresso daquelles paízes, a felicidade e bem estar das respectivas populações. (Mensagem, 1925, p. 126).

As experiências vivenciadas nas realidades indicadas, deveriam necessariamente ser tomadas como exemplo para o nosso estado, que tanto reclamava melhorias na estrutura e funcionamento desse ramo de ensino.

Chama atenção para a *Escola de Artífices da Paraíba*, que mesmo sendo considerada uma das melhores do gênero, mantida pelo governo federal, entretanto seu funcionamento era bastante precário é “imperfeito”.

A *Escola de Artífices da Paraíba* foi criada através do decreto de nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909 que institucionalizou no Brasil o ensino profissional. Essa institucionalização ocorreu em função do progresso de industrialização que surgia em todo o país, foram criadas dezenove escolas distribuídas entre as capitais brasileiras. Importa ressaltar que ao lado desse progresso, estava a necessidade da difusão de determinados valores morais necessários à condução da sociedade. Na Paraíba, esta escola foi criada em 05 de janeiro de 1910, começando a funcionar 40 dias depois com 33 alunos, e em maio do mesmo ano este número foi ampliado para 134 alunos (FERREIRA; BEZERRA; KULESZA, 2008).

Sobre as instituições *Academia de Comércio Epitácio Pessoa* e o *Colégio Nossa Senhora das Neves*, pouco é citado no que se diz respeito a estrutura e funcionamento dessas escolas de ensino profissionalizante. Entretanto, observamos nas mensagens que em função da crença estabelecida nesse ramo de ensino, que houve um grande valor investido na

construção da Academia de Comércio. Tal investimento se deu pela falta de procura a essa instituição o que acarretou uma reforma nos cursos de modo que houvesse uma aproximação maior com a realidade na qual os alunos se estavam inseridos assim, aumentaria a demanda pelos cursos ofertados.

O mencionado presidente fez questão de frisar que as atividades como apicultura, a horticultura, a avicultura, a pomicultura

[...] bem conduzidos, constituiriam, a certas horas do dia escolar, uma tarefa interessante para os alunos, quase uma diversão e ao mesmo tempo, um meio pratico de familiariza-los com essas industrias, que são, em toda parte, o meio de vida honesto de milhares de pessoas. (Mensagem, 1926, p.84)

Como já foi dito, na primeira República, o Brasil passava por períodos de crescimento e expansão das escolas de Aprendizes Artífices para responder as necessidades conjunturais da época. O ensino profissional proporcionado nessas escolas, além da formação técnico-profissional, objetivava também

[...] oferecer uma educação moral e cívica, de modo a garantir a transmissão os valores e hábitos da moralidade social. Caracterizadas pelos princípios – assistencialistas, disciplinares e regenerador - essas instituições escolares configuram um marco na história da educação profissional no Brasil. (FERREIRA; BEZERRA; KULESZA, 2008).

Procurando atender às aspirações do Estado, acatando por sua vez as exigências de uma formação moral disseminando assim, os valores burgueses, as Escolas de Aprendizes Artífices atuavam sob a perspectiva de formação e de moralização dos “*homens pobres desvalidos*”. (FERREIRA; BEZERRA; KULESZA, 2008). Partindo dessa análise, cogitamos que a sua institucionalização esteve associada ao processo de urbanização de certos espaços geográficos da sociedade brasileira.

Em 1928, último ano da sua administração, João Suassuna inaugurou 04 (quatro) grupos escolares, dos quais um deles recebeu o nome de *Álvaro Machado*, na cidade de Areia. Para ele, pelas proporções do espaço físico e estética, poderia no futuro, alojar um estabelecimento secundário e de ensino técnico-profissional.

Hoje, observamos que há uma grande procura por instituições que oferecem cursos profissionalizantes, já que o mercado de trabalho a cada dia exige uma maior qualificação a

partir dos novos instrumentos e recursos tecnológicos surgindo ao longo do tempo. A demanda exige que as pessoas estejam atentas às mudanças e inovações do mercado, como no passado o homem saia do campo buscado emprego na cidade, e esse por outro lado precisava se adequar as novas realidades.

Cursos

A respeito dos cursos ministrados no Lyceu Paraibano, percebemos a falta de organização no que se refere aos cursos ofertados em relação à demanda do público. Verificamos na mensagem de 1922 proferida pelo então presidente Sólon Barbosa de Lucena, que o mesmo havia recebido informações do diretor da referida instituição, o Sr. Lindolpho Correia. Dentre outras, o então diretor afirma o funcionamento regular dos cursos técnicos de *Commercio* e de *Agrimensura* (Mensagem, 1922, p. 53-54). Sugere ainda que a realidade dos cursos oferecidos nas dependências do Lyceu, careciam de medidas urgentes. Todavia as condições financeiras do Estado não permitiam as melhorias necessárias, sob a ótica dos gestores públicos locais.

Dois anos depois, ou seja, no ano de 1924, o presidente Sólon de Lucena afirmou ter recebido um novo relatório desta mesma instituição informando a continuação do funcionamento dos cursos técnicos de *Commercio* e de *Agrimensura*. Com relação a este último, foi relatado que aulas não vinham funcionando regularmente em função do não comparecimento dos quatro únicos alunos nele matriculados (Mensagem, 1924, p. 12).

A preocupação com as reformas e os novos cursos no ramo do ensino profissionalizante, sempre esbarrava na falta de condições econômicas dos cofres públicos do Estado. Segundo o presidente João Suassuna,

[...] apesar do ardente desejo de que me acho possuído, não empreendi a remodelação almeja, por isso que ella, mesmo nos termos em que a formulou o dr. Álvaro de Carvalho, exigia um aumento de despesas incompatível com a actual situação financeira do Estado. (Mensagem, 1925, p.128-129).

O Presidente de Estado da Paraíba, João Suassuna informou publicamente na Assembleia Legislativa local no ano de 1925 que havia indicado o Sr. Dr. Álvaro de Carvalho para assumir a Direção da Instrução Pública paraibana. Ao assumir o cargo, o novo diretor

sugere em seu relatório que dentre as reformas necessárias a reorganização do ensino profissional, seria imprescindível à criação de dois modelos de estabelecimentos,

[...] um urbano, tipo Escola do Braz, com um curso geral, composto de ensino de língua materna, aritmética, geometria, história e geografia do Brasil, e cursos especiais de desenho, serralharia, marcenaria e ferraria; e outro rural, tipo Escola de Pinheiro, com curso geral de português, aritmética, geografia e história do Brasil, desenho geométrico e geral, história natural, noções de física e química com prática de laboratório, e cursos especiais de trabalhos agrícolas, criação de gado leiteiro, apicultura, avicultura, criação de porcos, sericicultura, selaria e arreios. (Mensagem, 1925, p.131-132).

Com isso, ele sugere que o foco do ensino profissional a ser efetivado a partir desses dois estabelecimentos seria o do “*ensino prático prevalecer sobre o teórico*”, formando operários, mestres de ofícios, administradores de fazendas, criadores e agricultores necessários as atividades que vinham sendo desenvolvidas em determinadas localidades no Estado paraibano.

Importa também destacar que em 1926, o presidente João Suassuna, faz alusão em seu discurso e/ou mensagem, que o diretor geral de instrução pública, Sizenando Costa, havia organizado um curso para fabricação de chapéus de senhoras na sessão feminina do Grupo Escolar Epitácio Pessoa na cidade de João Pessoa. O referido diretor traz em suas mensagens algumas considerações a respeito de cursos relacionados ao ensino agrícola nas cidades que se diferem do ensino para a população do campo. Ele pondera que

[...] o menino da cidade, diferentemente daquele dos meios rurais, tem sua profissão futura restrita às artes, às indústrias, ao commercio, á burocracia e às carreiras científicas. Há, entretanto, pequenas indústrias de uma utilidade indiscutível e de fácil aplicação nas escolas primarias da capital. A apicultura, por exemplo, seria de grande proveito ao lado da criação de aves, do bicho de seda e das hortas, dos jardins e dos pomares, além de um sem numero de ocupações lucrativas que poderiam ser ministradas nas escolas, que, dest’arte, teriam um fim mais utilitário, formando homens práticos e activos. (Mensagem, 1926, p.83)

Cursos como *avicultura*, *horticultura*, *pomicultura*, que constavam na estrutura organizacional da Academia de Comércio Epitácio Pessoa, eram considerando pelo então presidente de grande aproveitamento tendo em vista a industrialização que estava em escala crescente. Tais ideias partiram do diretor da instrução pública, o professor Sizenando Costa,

que sugeria trazer as matérias ensinadas para proximidade da realidade e da necessidade dos alunos ingressantes.

Já em agosto de 1929, o presidente paraibano João Pessoa Cavalcante de Albuquerque apresenta à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba um resumo anual das atividades realizadas na sua administrativa frente a máquina estatal. Ele relata que foram extintos do Lyceu Parahybano, além do curso de Agrimensura, o curso de Comércio. O curso técnico de Comércio foi extinto das dependências do Lyceu porque já vinha sendo ministrado de modo satisfatório tanto na Academia de Comércio Eptácio Pessoa quanto no Colégio N. S. das Neves (Mensagem, 1929, p.56). Enquanto o curso de Agrimensura, sua extinção se deu por falta de frequência de alunos, como já mencionado anteriormente.

Esta situação vem corroborar com a fala do presidente Solon Barbosa de Lucena pronunciado em 1922. Na ocasião ressaltou a importância do ensino profissional para o desenvolvimento econômico dos demais estados brasileiros, entretanto ressentiu-se da situação instalada na dinâmica social, ou seja, para ele “o ensino agrícola entre nós continua a ser ainda uma mera aspiração. (...) Ainda é, quase em toda parte, a enxada o grande instrumento propulsor de nossa fortuna agrária”. (Mensagem, 1922, p. 31).

Foi possível perceber nos discursos dos gestores que existia a preocupação em organizar o ensino profissional. Entretanto, as medidas necessárias sempre estiveram atreladas aos interesses e necessidades políticas e econômicas de cada momento como podemos acompanhar na fala do presidente Solon de Lucena relatando que

A organização do ensino profissional, que fora um dos pontos visados pelo meu governo, teve de ser adiadas em face do problema do esgoto e abastecimento d'água á capital do Estado, realizações de grande vulto econômico, que reclamam boa parte das verbas orçamentarias comprometidas num empréstimo interno e obrigam o governo a um regime severo de economias e adiamento de despesas incompatíveis com uma reforma dessa natureza. (Mensagem, 1923, p.49)

Portanto, sempre alegando o fator econômico como empecilho para as reformas necessárias no ensino profissional, a criação e manutenção de cursos técnicos, os presidentes de estado não efetivaram suas propostas deixando com isso a lacuna da escassez de um pessoal com qualificação que atendesse as exigências do mercado diante da expansão da indústria e do comércio no País e em específico, na Paraíba.

Matrículas

As evidências encontradas nas mensagens dos presidentes locais, revelam que o Liceu Paraibano era uma das instituições de ensino mais importantes da capital paraibana com relação aos cursos técnico-profissionalizantes. Em 1922, possuía 233 alunos matriculados distribuídos nos cursos de ciências e letras, comércio, agrimensura e aulas avulsas, distribuídas de acordo com a quadro 1.

Quadro 1
Números de matrículas por curso no ano de 1922

CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS
Comércio	28
Agrimensura e aulas avulsas	76
TOTAL	104

Fonte: Mensagem, 1922, p. 53-54.

Dentre os cursos apresentados no quadro 1, apenas o de agrimensura diminuiu o seu número de matrícula, revelando assim o possível não interesse da população. No ano de 1924, o mesmo deixou de funcionar devido à falta de procura pelo mesmo como também, do comparecimento dos quatro únicos alunos nele matriculado.

Nas mensagens relacionadas ao ano de 1924, não encontramos os números referentes às matrículas e frequência dos outros cursos, mas existem relatos informando a uma *extraordinária frequência*, de modo a tornar-se necessária sua ampliação. Porém, isso não permanece por muito tempo, logo o número de alunos matriculados em todos os cursos profissionalizantes que funcionavam de forma anexo ao Liceu Paraibano, começou a diminuir. Essa situação sugere a baixa procura pelos cursos técnico-profissionais, curiosamente num momento em que se pregava a importância do ensino profissional para o desenvolvimento econômico da sociedade paraibana.

Com base na mensagem do presidente João Suassuna em 1928, no Liceu Paraibano matriculou apenas 192 alunos divididos conforme quadro 2. Importa ressaltar que para o curso de Agrimensura, não foi realizada nenhuma matrícula.

Quadro 2
Matrículas efetivados no Liceu Paraibano no ano de 1928

CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS
Ciências e letras	106
Comércio	17
Agrimensura	0
Para o regimento de preparatórios	69
TOTAL	192

Fonte: Mensagem, 1928, p. 45.

Analisando os quadros 1 e 2, é possível perceber que o número de alunos matriculados entre 1922 e 1928 diminuiu de forma bastante significativa, ao longo desses seis anos. Dessa maneira, nos questionamos sobre o que ocorreu nesse período, já que no Brasil nas primeiras décadas do século XX, representou um momento crucial de definição da nacionalidade, dos contornos da cidadania e necessariamente da mão-de-obra qualificada. E é justamente nesse momento que a educação aparece como a grande promessa de construção de uma nação urbanizada e industrializada, através da formação de trabalhadores capacitados para a produção industrial (INÁCIO FILHO, 2010).

Considerações finais

Em linhas gerais, através desta investigação foi possível observar nos discursos dos gestores paraibanos proferidos entre 1922 a 1930, que existia a preocupação em organizar o ensino profissional. Entretanto, as medidas necessárias sempre estiveram articuladas com os interesses e necessidades políticas e econômicas de cada momento conjuntural que ia se configurando.

A partir das evidências encontradas nas mensagens dos presidentes investigadas, podemos observar que o ensino profissional na Paraíba no início do século XX, não acompanhou a necessidade imprescindível da qualificação profissional a qual o Brasil, a Paraíba exigia naquele momento. Apesar de os representantes do Estado observarem a importância da formação e da preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho local, não foi efetuada mudanças em tal ramo de ensino como deveria para suprir essa demanda

educacional. Nas falas dos gestores paraibanos deste período, esta qualificação estava muito aquém de se tornar concreta apesar da grande importância que se dava ao setor agrário e industrial, fonte de renda e economia para a região.

Na verdade, todas as medidas educacionais estiveram na dependência dos interesses políticos e econômicas lideranças locais, provocando assim um grande hiato entre o discurso e o que fora efetivado na prática. Finalmente, os resultados aqui apresentados estão ancorados no pressuposto de que todo conhecimento histórico tem a dimensão de provisoriidade e de limitação. Portanto, o debate acerca do ensino profissional na Paraíba no século está posto.

Referências

- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, 2009, v.2, n.2.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- EBY, Frederick. **História da Educação Moderna: Teoria, Organização e Prática educacionais (séc. XVI – séc. XX)** Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.
- FERREIRA; BEZERRA; KULEZA. **Livro do aluno e do professor: Manuais técnicos no ensino profissional**. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em história da educação. Aracaju, 2008.
- GHIRALDELLI JR. Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.
- _____. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.
- INÁCIO FILHO, G.; SILVA, M. A. Reformas Educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, D. (Org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: Edufes, 2010. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil).
- MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.
- MENEZES, José Rafael de. **História do Lyceu Parahybano**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1983.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Um Roteiro Histórico na Cidade de João Pessoa (em texto e imagens)**. João Pessoa, Editora Universitária – UFPB, 2008
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Fontes

PARAÍBA, Estado da. Mensagem apresentada pelo Exm. Presidente do Estado, Dr. Solon Barbosa de Lucena à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura no dia 1º de setembro de 1922. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

_____. Mensagem apresentada pelo Exm. Presidente do Estado, Dr. Solon Barbosa de Lucena à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura no dia 1º de setembro de 1923. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

_____. Mensagem apresentada pelo Exm. Presidente do Estado, Dr. Solon Barbosa de Lucena à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 9ª legislatura no dia 1º de março de 1924. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

_____. Mensagem apresentada pelo Exm. Presidente do Estado, Dr. João Suassuna à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura no dia 1º de outubro de 1925. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

_____. Mensagem apresentada pelo Exm. Presidente do Estado, Dr. João Suassuna à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura no dia 1º de março de 1926. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

_____. Mensagem apresentada pelo Exm. Presidente do Estado, Dr. João Suassuna à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura no dia 1º de março de 1927. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

_____. Mensagem apresentada pelo Exm. Presidente do Estado, Dr. João Suassuna à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 1ª reunião ordinária da 10ª legislatura em 1928. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

_____. Mensagem apresentada pelo Exm. Presidente do Estado, Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 2ª reunião ordinária da 10ª legislatura no dia 5 de agosto de 1929. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

_____. Mensagem apresentada pelo Exm. Vice Presidente do Estado, Dr. Alvaro Pereira de Carvalho à Assembleia Legislativa referente ao período de julho de 1929 a junho de 1930. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

ⁱ Bolsista de iniciação científica e graduanda em Pedagogia pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Email: rosangelanara1@hotmail.com.

ⁱⁱ Doutora em Educação, pesquisadora e professora do Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - CE/UFPB. Email: rosearaujo.ufpb@gmail.com.

ⁱⁱⁱ Bolsista de iniciação científica e graduanda em Pedagogia pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Email: suenyacosta@outlook.com.

^{iv} Graduanda em Pedagogia pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Email: ptcmagalhaes@gmail.com.

^v Outras informações ver por exemplo PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Um Roteiro Histórico na Cidade de João Pessoa** (em texto e imagens). João Pessoa, Editora Universitária – UFPB, 2008.